

ESTADO ...

(Conclusão da 1.ª pag.)

la qual, c.eio, constitui um passo efetivo para embasarmos mais ainda o desenvolvimento de São Paulo e do País.

MAIS DE 30 MILHÕES

Por sua vez, o secretário Miguel Colasuonno, do Planejamento, anunciou que novos contratos para diversas outras empresas estão em fase final de elaboração. As solicitações elevam-se a mais de 30 milhões de cruzeiros e foram formulados por 42 empresas, de setores como os de alimentação, madeira, mecânica pesada, auto peças e outros.

«Hoje se concretiza o início efetivo de operações do Projeto Ciência e Tecnologia, lançado pelo governador Laudo Natel, disse ele. A sua inspiração é fazer com que o Brasil e, particularmente, São Paulo, como tem reiterando o governador, atinjam um grau maior de sofisticação no processo industrial, para aumentar as possibilidades de competirmos no mercado internacional. O trabalho desenvolvido na área da tecnologia e da ciência, somado aos programas das missões empresariais paulistas ao exterior, compõe o grande quadro que permite a São Paulo desenvolver suas atividades industriais, agrícolas e agro-industriais de forma a assegurar o atual índice de crescimento da economia brasileira».

PESQUISA NUCLEAR

O professor Rômulo Pieroni, diretor do Instituto de Energia Atômica, manifestou satisfação por participar de ações que objetivam o desenvolvimento técnico e científico do país, afirmando que a assinatura dos contratos representou «mais um passo de uma sequência já longa de iniciativas do Governo do Estado que visam a criar no nosso meio condições para que as instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico possam atender às necessidades da indústria».

Dirigindo-se ao governador Laudo Natel, prosseguiu: «V. Excia. teve oportunidade de constatar, há dias, no Instituto de Engenharia Atômica, os trabalhos que ali se realizam. Neste momento, entre outros programas, o Instituto de Energia Atômica está encarregado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, de duas missões de relevância para a Nação. É o programa que, certamente, irá contribuir para que na próxima década, São Paulo possa desenvolver aquilo que virá a ser a maior indústria dos próximos 15 a 20 anos: a indústria nuclear».

«Refiro-me especificamente — continuou o prof. Rômulo Pieroni — aos programas relacionados com o ciclo dos combustíveis, que representam no setor a parte basicamente nuclear. De resto, toda indústria nuclear tem um grande sentido prático. É constituída sobre uma indústria pesada que pouco difere da que tradicionalmente deve ser desenvolvida para que o Brasil se torne uma real potência industrial».

«No ciclo dos combustíveis, prosseguiu o professor Rômulo Pieroni, o primeiro passo é representado pela pesquisa de urânio. Essa pesquisa precisa ser feita e está sendo feita em escala que jamais fora alcançada em governos anteriores. A segunda etapa de ciclo do combustível é representada pelo tratamento de minério e pela obtenção de produtos nuclearmente puros, complementando a procura de urânio natural, que é da alçada exclusivamente federal e básico para todos.

O tratamento de minérios e a obtenção de produtos nuclearmente puros é uma tecnologia que nós temos desenvolvido e que cabe, em parte, ao Instituto de Energia Atômica. Já somos capazes de oferecer, no momento em que se pretender instalar indústrias nucleares, urânio tecnologia em boa parte adaptada e desenvolvida no país. Já somos capazes de produzir uma variedade grande de sais de urânio nuclearmente puros. Por exemplo, o tetrafluoreto de urânio, que foi uma etapa muito importante vencida este ano. Estamos marchando para a etapa seguinte que é a do hexafluoreto de urânio. A fase subsequente é a produção de elementos combustíveis de urânio.

«A tecnologia da produção de elementos combustíveis — acrescentou o diretor do IEA — especialmente óxidos de urânio — combustíveis cerâmicos, como são chamados — e que são aqueles usados atualmente em reatores de urânio enriquecido, e em reatores de urânio natural, é basicamente a mesma quer se trate de urânio enriquecido, quer se trate de urânio natural. O Instituto já é capaz de realizar o empastilhamento de óxidos de urânio de modo semelhante àqueles que, em futuro próximo, serão empregados na usina de Angra dos Reis e usinas similares a serem provavelmente instaladas no país. O IEA não vai ser um produtor de combustíveis, mas é um centro de desenvolvimento tecnológico. Essa tecnologia, assim como outras que as empresas aqui presentes estão obtendo de vários institutos de pesquisa tecnológica do Estado, estará à disposição do empresário no momento oportuno. E isso graças, principalmente, ao esforço e ao apoio que vem sendo dado por este Governo às atividades do IEA».

APLICAÇÃO PRÁTICA

Os financiamentos concedidos ontem, representam a primeira aplicação prática, em projetos, do Balcão de Tecnologia.

As três empresas beneficiadas promoverão o custeio de projeto que serão desenvolvidos por institutos de pesquisas do Estado. A CICA (300 mil cruzeiros) realizará estudos visando a estabelecer um sistema dinâmico de criação de variedades de tomate para industrialização. Os conhecimentos decorrentes do projeto serão posteriormente transferidos aos agricultores em geral.

A MACISA (310 mil cruzeiros) implantará um sistema de controle de qualidade em toda a sua linha de produção de peças metálicas e plásticas, utilizadas na indústria automobilística.

Quanto à SOMA (423 mil cruzeiros), deverá criar um centro de

pesquisas para o desenvolvimento de produtos, além de proceder a uma atualização de determinados equipamentos de sua produção.

PRESENTES

Os contratos foram assinados pelos srs. Américo Osvaldo Campiglia e Alvaro Coutinho, presidente e vice-presidente do BADESP, respectivamente; Rodolfo Marco Bonfiglioli, diretor-presidente da CICA; Paulo Mariano dos Reis Ferraz, diretor-gerente da SOMA e Guilherme Quintanilha de Almeida, diretor da MACISA.

Participaram da cerimônia representantes do Instituto de Energia Atômica, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Centrais Elétricas de São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, FAPESP e o sr. James Blackledge, do Denver Research Institute.

GOVERNADOR RECEBE REPRESENTANTES DE S. J. DO RIO PRETO

«É nossa obrigação — e não um favor — cuidar dos serviços básicos de uma cidade que tanto vem fazendo pelo nosso desenvolvimento», disse o governador Laudo Natel à comitiva de representantes de classe de São José do Rio Preto que ontem esteve no Palácio dos Bandeirantes solicitando a participação do Estado na instalação da bomba de cobalto na Santa Casa de Misericórdia Local, paralelamente à concessão de auxílio financeiro à Faculdade de Medicina e Hospital de Base, bem como medidas administrativas para que aquela Escola receba o mesmo tratamento dispensado à Faculdade de Medicina de Santos.

Entre outros assuntos ligados à região, foi abordada a complementação do trevo no entroncamento das rodovias Washington Luís e BR-153. O deputado Daud Jorge Simão, que integrava a comitiva, solicitou o prolongamento da via de interligação da estrada municipal, com recursos do PROINDE, ou outros que o Estado colocaria à disposição da Prefeitura de São José do Rio Preto.

O governador Laudo Natel disse que encaminhará à Secretaria da Agricultura o pedido formulado pelo prefeito Wilson Romano Kalil de cessão de uma área situada naquele Município, e pertencente à Pasta em questão, com cinquenta alqueires, objetivando a ampliação do PRODEC (Projeto de Desenvolvimento Industrial da cidade) e que será aproveitada para fixação de empresas que participam do processo de interiorização.

Também para a conclusão do Teatro Municipal, a Prefeitura solicitou a participação do Governo do Estado de forma a reduzir os custos eventuais, majorados em consequência da paralisação das obras e a médio e longo prazos.

BEM ESTAR COLETIVO

Considerando cada uma das solicitações, o governador manifestou sua satisfação em constatar «pedi-

dos que objetivam a melhoria do bem estar coletivo e nenhum de ordem particular ou restrito a apenas um setor específico», lembrando, porém, que deve encaminhar os assuntos aos órgãos da administração estadual, para que não ocorram conflitos no planejamento global.

Ao final do encontro o sr. Laudo Natel foi convidado pelo prefeito Wilson Romano Kalil e pelo deputado Daud Jorge Simão para visitar São José do Rio Preto no próximo dia 19, ou seja, alguns dias antes do início das visitas periódicas que os secretários de Estado começarão a efetuar aos municípios-sede das regiões administrativas.

EXAMES SUPLETIVOS VÃO COMEÇAR HOJE EM TODO O ESTADO

Os exames supletivos de julho iniciam-se hoje, para 1.º e 2.º graus, em cerca de 400 estabelecimentos de ensino oficial da Secretaria da Educação, com as provas de Geografia, às 8 horas, e Língua Portuguesa, às 14 horas.

Inscreveram-se para as provas, que serão em forma de testes, cerca de 150 mil pessoas da Capital e do Interior. A maioria dos candidatos realizará os exames nos próprios locais onde fez a inscrição.

Conforme exige a Lei 5.692, não poderão prestar exame de 1.º grau os menores de 18 anos e de 2.º

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

Diretor Superintendente Wandyck Freitas

REDAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS

RUA DA MOOCA, 1921

TELEFONES:

Superintendência .. 92-2863
Dir. Administrativa 292-3637
Dir. Comercial 92-3024
Redação 93-0484

REDE INTERNA - PABX:

93-5186 — 93-5187
93-5188 — 93-5189
93-5180 — 92-3020
92-3238 — 93-0490

AGÊNCIA CENTRAL (Publicidade)

Rua Maria Antônia, 294
Telefone: 256-7232

DIVISÃO DE ARTES GRAFICAS

R. DOS ESTUDANTES, 394

Diretoria 278-6830
Oficinas 278-0644

ASSINATURAS

«Diário do Executivo»
«Diário da Justiça»
«Diário de Ineditais»

Cr\$
Anual (cada edição) 110,00
Semest. (cada edição) 55,00

VENDA AVULSA

Cr\$
Número do dia 0,60
Número atrasado do ano 0,80

RUA DA MOOCA, 1921

ORÇAMENTO PROGRAMA

A Imprensa Oficial do Estado comunica às repartições interessadas que já se acham à venda os modelos de E.O.P. de responsabilidade do Departamento de Orçamento e Custos — DOC.

A T O S L E G I S L A T I V O S

LEI n.º 123, DE 11 DE JULHO DE 1973

Declara de utilidade pública a Associação Cristã Feminina de Embu-Guaçu

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — É declarada de utilidade pública a Associação Cristã Feminina de Embu-Guaçu, com sede em Embu-Guaçu.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de julho de 1973.

LAUDO NATEL

Oswaldo Müller da Silva, Secretário da Justiça
Mário Romeu de Lucca, Secretário da Promoção Social
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 11 de julho de 1973.
Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Subs.

LEI N.º 124, DE 11 DE JULHO DE 1973

Declara de utilidade pública o Clube Soroptimista de São Paulo, com sede na Capital

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — É declarado de utilidade pública o Clube Soroptimista de São Paulo, com sede na Capital.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de julho de 1973.

LAUDO NATEL

Oswaldo Müller da Silva, Secretário da Justiça
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 11 de julho de 1973.
Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Subs.

LEI N.º 125, DE 11 DE JULHO DE 1973

Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Departamento de Estradas de Rodagem, imóvel situado no Município de Taubaté

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar, por doação, ao Departamento de Estradas de Rodagem, faixa de terras, situada no imóvel em que se localiza a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, do Departamento dos Institutos Penais, da Secretaria da Justiça, destinada à alteração do traçado da antiga estrada São Paulo-Rio, no trecho Taubaté-Pindamonhangaba, no ponto de cruzamento com as linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil, caracterizada no Desenho n.º 2,900 da Procuradoria Geral do Estado, assim descrita e confrontada:

inicia no ponto denominado «A», situado na rodovia Taubaté a Pindamonhangaba, lado direito, distante 66 m (sessenta e seis metros) do poste (F) da Companhia Telefônica Brasileira (atual Telecomunicações de São Paulo S.A. TELESAP); do ponto «A» segue em linha reta até o ponto «B», na distância de 66 m (sessenta e seis metros) ponto esse situado no referido poste telefônico; daí, deflete à esquerda segue em reta até o ponto «C» localizado na faixa da E.F.C.B. na distância de 6,50 (seis metros e cinquenta centímetros); daí, deflete à esquerda seguindo em reta até o ponto «D» na distância de 25 m (vinte e cinco metros), ponto esse situado à margem direita da rodovia próximo ao cruzamento em nível com a estrada de ferro; daí, deflete ligeiramente à esquerda, segue na distância de 45,50 m (quarenta e cinco metros e cinquenta centímetros) até o ponto «A» início da presente descrição, encerrando a área de 210,60 m² (duzentos e dez metros quadrados e sessenta decímetros quadrados) confrontando o lado A — B — C com o próprio estadual ocupado pela Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté do lado C — D com a faixa da Estrada de Ferro Central do Brasil e do lado D — A com a rodovia Taubaté a Pindamonhangaba.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de julho de 1973.
LAUDO NATEL
Oswaldo Müller da Silva, Secretário da Justiça
Flávio Prestes, Respondendo pelo expediente da Secretaria dos Transportes
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 11 de julho de 1973.
Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo — Subs.